

> PROA | DOSSIÊ ARTE E RUA



> APRESENTAÇÃO: DOSSIÊ ARTE E RUA

**POR NATHANAEL ARAÚJO
E RAFAEL DO NASCIMENTO CÉSAR**

> Comitê Editorial da PROA

“A pichação sempre existiu em São Paulo. Não vai ser o Dória que vai conseguir apagar”. A fala de um rapaz de 25 anos, registrada pelo jornal Folha de S. Paulo em 20 de fevereiro de 2017¹, expressou bem o clima de mal-estar compartilhado por muitos/as paulistanos/as frente à postura municipal de apagar grafites e pichações dos muros da capital paulista. Ação integrante do programa “Cidade Linda”, lançado no primeiro dia da nova administração, tal atitude suscitou um caloroso debate acerca do direito ao espaço urbano como prerrogativa da cidadania. Segundo alguns grupos atuantes dentro e fora do Brasil, a pichação – ou pixo – carregaria em si “o grito de cidadãos que não têm garantido seu espaço e seus direitos, que não provoca, mas denuncia a degradação da cidade².”

A polêmica também grassou domínios mais conceituais e abstratos ao impulsionar o questionamento tanto da definição do que seja “arte” – palavra muitas vezes usada pela prefeitura em oposição à prática da pichação – quanto dos espaços pelos quais ela poderia ou não circular de maneira legítima. Assim foi que diversos artistas dirigiram críticas à gestão pública e se posicionaram a favor de manifestações de forte teor político, elemento que “sempre existiu em São Paulo.”

A ideia do Dossiê Arte & Rua surgiu ao longo de nossa observação a respeito desses impasses e como uma tentativa de concentrar reflexões a esse respeito. Mobilizando os referenciais teóricos da Antropologia das cidades e das artes, o intuito inicial incidu mais sobre a relativização da categoria “arte” em termos de sua produção, recepção, circulação e consagração, do que da categoria “rua”, deixando para esta última o papel de tensionar as certezas ordinárias envolvendo a primeira. No entanto, durante o processo de organização do Dossiê tivemos a grata surpresa de notar um esforço de mão dupla dos autores aqui publicados no qual pouco se pressupôs e muito se observou acerca da “rua”.

Ao invés de ter sido tomada como o lugar por excelência do público que exclui o privado, do anonimato descomprometido e das relações fugazes mediadas pelo dinheiro, a rua foi inquirida quanto à sua localização na cidade, às práticas que ela pode ou não abrigar e, sobretudo, sua capacidade de produzir relações, sociabilidades, alianças, afetos e subjetividades. Nesse sentido, nossa intenção original foi expandida e contemplaram-se abordagens e linguagens imprevistas

para compor o que acreditamos ser um documento atento às formas de se conceber e praticar arte & rua.

O dossiê começa com o artigo “Grafite e práticas de legalização: artificação e mediação em expressões artísticas urbanas em Porto Alegre/RS”, colaboração conjunta de Leonardo Palhano Cabreira e José Luis Abalos Junior. Analisando os princípios e técnicas transmitidos pela cultura graffiti em Porto Alegre/RS, os autores discutem como a reivindicação de alguns coletivos artísticos em tornar legal a prática do grafite coloca em tensão as esferas da arte e da política, geralmente vistas como separadas em museus e galerias.

“Ser, estar e fazer: notas sobre circo de rua na Amazônia”, de Juliana Oliveira Silva, propõe uma observação participante nas ruas de Santarém (PA) a partir do tripé conceitual “ser/estar/fazer”. O artigo, que narra o aprendizado da autora trabalhando durante quatro dias nos semáforos da cidade, procura sublinhar a conexão entre subjetividade, espaço e a prática circense. A “rua”, aqui, não se limita a “fazer” dinheiro ou lidar com as reações de transeuntes, mas abarca um complexo de relações que vai das determinações legais acerca do trabalho informal às amizades tecidas no asfalto.

“Quantas cidades há em mim? Diálogos entre intervenções urbanas nas ruas do Rio de Janeiro” dá nome ao ensaio visual de Ana Paula Alves Ribeiro. Desenvolvido entre dezembro de 2016 e outubro de 2017, essa coleção fotográfica busca refletir sobre a diversidade de grafites e colagens presentes no tecido urbano do Rio de Janeiro. A pergunta que dá título ao ensaio, além de colocar a superfície da cidade como suporte, estabelece um diálogo temporal entre os diferentes tipos de intervenção, trazendo os usos políticos e poéticos das imagens para o centro da argumentação. Já o ensaio “Epifanias Urbanas”, de Renato Jacques e Gregório Pimenta, explora outro tipo de “intervenções urbanas”: dessa vez são as performances que flertam com os limites do artístico no intuito de pôr em destaque, muitas vezes, práticas e hábitos repetidos despercebidamente pelas pessoas. Debruçando-se sobre as experiências dos espectadores, os autores perguntam-se sobre a relação entre o espaço da cidade e esse tipo de manifestação artística a partir de ponderações sobre o olhar nas metrópoles.

Tratando de um tema similar, o artigo “A novidade da arte da performance”, de Daniela Félix Martins e Meigle Rafael Alves, propõe uma reconstrução do debate teórico envolvendo a emergência da performance nos anos de 1960 até observações recentes em Brasília e três cidades baianas. O fio argumentativo é tecido com base na obra do antropólogo Roger Sansi-Roca, cuja aproximação entre os referenciais da arte e da Antropologia permite uma leitura atenta à configuração do espaço, aos objetos utilizados na performance e às interações entre os sujeitos.

As artes dramáticas brasileiras ganham um tratamento competente no artigo “A linguagem de rua nos teatros de Nelson Rodrigues e Plínio Marcos”. Detendo-se sobre a

noção de “teatro desagradável”, desenvolvida com pretensões de projeto cênico por ambos os dramaturgos, Raphael Giammattey investiga a mise-en-scène de um imaginário sobre a cidade e seus habitantes que ganhou o nome de “linguagem de rua”. A crítica teatral é convocada para mostrar de que forma Nelson Rodrigues e Plínio Marcos encontraram meios de negociar com a “realidade” infundida em suas peças: enquanto o primeiro, cuja obra *Vestido de Noiva* inaugurou o teatro moderno brasileiro em 1943, foi ganhando a pecha de sensacionalista ao aproximar sua dramaturgia da “marginalidade” nos anos 1960, o segundo alcançou a consagração justamente por conseguir colocar, a partir de profusas referências à marginalidade, “fatias de realidade no palco”.

Mudando um pouco o registro da arte pictórica ou cênica e indo em direção às práticas culturais, “É o fluxo: ‘baile de favela’ e funk em São Paulo”, artigo de Thomaz Marcondes Garcia Pedro, realiza uma etnografia dos fluxos (ou bailes funk) no bairro de Heliópolis, em São Paulo. Atendo-se às formas de organização dos bailes – como resistem às proibições da municipalidade e à violência policial – o autor procura compreendê-las ao estilo de uma “territorialidade itinerante” cujos aspectos informais e irregulares são transvalorizados: da precariedade e do “perigo” à afirmação de uma “cultura periférica” legítima.

O artigo “Pulsa o coração da cidade: errâncias, afectos e potências no dia e na noite da Praça do Ferreira”, de Alice Dote, centra sua análise no grupo *As 10 Graças de Palhaçaria*, coletivo de artistas circenses que atua em uma praça do centro de Fortaleza (CE), no intuito de discutir os “usos, contra-usos e modos de habitar” de artistas e frequentadores desse espaço. Assim como a arte encontra-se presente no cotidiano descrito pela autora, também a dimensão política é contemplada no artigo de maneira a mostrar o imbricamento dessas esferas mesmo em lugares que parecerem imiscuir-se à malha urbana, escapando de olhares mais atentos.

Fechando o dossiê, o artigo “Circuito-circunscrito: apontamentos sobre arte de rua e a viração de poetas no Rio de Janeiro”, de João Pedro Campos, trata da articulação entre cidade e literatura a partir de saraus literários organizados por escritores atuantes nas ruas do Centro da capital fluminense. Seu foco é o trabalho e a circulação de escritores que se denominam poetas de rua ou fanzineiros, buscando compreender o lugar ambíguo ocupado por esses sujeitos, bem como sua produção.